

ANTONIO GRAMSCI E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA: PRIMEIROS ESCRITOS

Traduções de Ana Paula Schlesener

Os artigos aqui traduzidos e ainda não publicados no Brasil foram escritos por Antonio Gramsci entre 1916 e 1917 nos Jornais: *Avanti!*, *Il Grido del Popolo* e *La Città Futura*, que teve apenas um único número. O tema central é o da revolução e os vários significados que este conceito pode assumir.

ANO NOVO

Cada manhã, quando me acordo ainda sob o manto do céu sinto que, para mim, é ano novo.

Por isso odeio estes anos novos com data fixa que fazem da vida e do espírito humano uma empresa comercial com seu hábil balanço, o seu orçamento e o cálculo para a nova gestão. Fazem perder o sentido da continuidade da vida e do espírito. Se termina por acreditar seriamente que de ano a ano haja uma solução de continuidade e que comece uma nova estória, se fazem novos propósitos, se arrependem dos erros, etc. O problema em geral é das datas.

Dizem que a cronologia é a ossatura da história; e se pode admitir. Mas é também necessário admitir que existem quatro ou cinco datas fundamentais que cada pessoa de bem conserva enfiadas em seu cérebro, que danejaram a história. São também elas ano novo. O ano novo da história romana, ou da idade medieval, ou da idade moderna. E se tornaram tão invasivos e tão fossilizados que nos surpreendemos nós próprios a pensar algumas vezes que a vida na Itália tenha começado em 752, e que 1490 ou 1492 sejam como montanhas que a humanidade ultrapassou encontrando-se em um novo mundo, entrando em uma nova vida. Assim a data torna-se um incômodo, torna-se um parapeito que impede de ver que a história continua a desenvolver-se com a mesma linha fundamental imutada, sem bruscas paradas, como quando no cinematógrafo o filme se rompe e se tem um intervalo de luz ofuscante.

Por isso odeio o ano novo. Quero que cada manhã seja para mim um ano novo. Cada dia quero fazer as contas comigo mesmo

e renovar-me a cada dia. Nenhum dia programado para o repouso. Os descansos eu os escolho, quando me sentir embriagado de vida intensa e quiser mergulhar na animalidade para buscar novo vigor. Nenhuma personalidade espiritual. Cada hora de minha vida gostaria que fosse nova, embora vinculando-as àquelas transcorridas. Nenhum dia de alegria por força de obrigações coletivas, a dividir com todos os estranhos que não me interessam. Porque festejaram os avós dos nossos avós, etc., deveríamos também nós sentir a necessidade de festejar. Tudo isso enjoa.

Espero o socialismo também por esta razão. Porque lançará no lixo todas estas datas que não tem mais nenhuma ressonância em nosso espírito e criará outras, que serão ao menos as nossas e não aquelas que devemos aceitar sem benefício do inventário dos nossos bobos antepassados.

(Publicado em: Avanti! 01/01/1916). In: GRAMSCI, Antonio. *Cronache Torinesi (1913-1917)* Torino: Einaudi, 1980, p. 47-8.

PIETRO GAVOSTO

Recordo o jovem pálido, moreno, de olhos vivazes que conheci há alguns anos, depois dos primeiros contatos com os jovens do nosso movimento juvenil. Saíamos com frequência em grupo das reuniões de partido, circundando aquele que era um *nosso líder*, atravessando as ruas da cidade já silenciosa, enquanto os últimos noctívagos paravam a olhar-nos de soslaio porque, esquecidos de nós mesmos, com os espíritos ainda cheios de paixão, continuávamos as nossas discussões, intermeando-as de ferozes propósitos, de fragorosas risadas, de galopadas no reino do impossível e do sonho. Entre nós era Gavosto, sempre sério, que participava das discussões com interrupções, feitas com a sua voz profunda, e com sorrisos, com olhares entrecruzados que atingiam profundamente e que deixavam entrever quão vivo era o seu interesse e a energia de sua vontade.

Sucessivamente o conhecemos melhor, mais intimamente, e se podia vê-lo crescer sempre conservando o mesmo caráter, a mesma retidão. Com que sorrisos abertos acolhia os amigos; no seu aperto de mão, na expressão dos olhos mobilíssimos se percebia sempre algum afeto implícito, mas acima de tudo o ser companheiro dava familiaridade, a sensação que se tinha a

mesma paixão, que a ideia dominante era aquela e para uns e outros sempre presente, que atormentava o nosso pensamento, que nos fazia dividir o mundo em duas partes, de amigos e de adversários comuns os uns e os outros. Esta intimidade era a nossa força, aquela que frequentemente fez dos jovens o estímulo para dar ao partido uma direção preferível a outra, e os tronava conscientes que neles estava o futuro, a fusão perfeita entre o velho socialismo um pouco conservador, sem ímpetos corajosos, que estava perdendo grande parte do contato com a multidão proletária e o novo, pleno de energia moral e revolucionária, no qual não havia um partido e um proletariado, mas um e outro formavam uma unidade lançada com mão firme em direção a uma meta que, em certos momentos, acreditávamos tão próxima e iminente. Gavosto era uma testemunha e um ator daquelas nossas esperanças, daqueles nossos propósitos e agora desapareceu para sempre, sem que consigamos apagar das pupilas o fantasma de seu corpo de jovem trabalhador e dos seus olhos de jovem que estuda e que pensa e, principalmente, que sente.

(Assinado A. G. – Il Grido del Popolo – 22/01/1916). In: GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili (1914-1918)* Torino: Einaudi, 1975, p. 21-2.

ARMÊNIA

Acontece sempre assim: para que um fato nos interesse, nos comova, torne-se uma parte da nossa vida interior, é necessário que aconteça próximo a nós, próximo a pessoas das quais ouvimos falar frequentemente e que estão, por isso, no contexto da nossa humanidade. No Pere Goriot, Balsac faz perguntar a Rastignac “Se tu soubesses que cada vez que comes uma laranja deve morrer um chinês, pararias de comer laranjas?” e Rastignac responde mais ou menos: “As laranjas e eu estamos perto e eu as conheço; os chineses estão tão longe e nem sei se de fato existem.”

A resposta cínica de Rastignac nós não a daríamos jamais, é verdade; entretanto, quando ouvimos que os turcos tinham massacrado centenas de milhares de armênios, sentimos aquele rasgo lancinante das carnes que sentimos cada vez que os nossos olhos caem sobre a pobre carne martirizada e que sentimos em espasmos logo depois que os alemães invadiram a Bélgica?

É uma grande injustiça não ser conhecido. Quer dizer permanecer isolados, fechados na própria dor, sem possibilidade de ajuda, de conforto. Para um povo, para uma raça, significa a lenta dissolução, o destruir-se progressivo de cada vínculo internacional, o abandono a si mesmos, inermes e miseráveis diante de quem não tem outra razão que a espada e a consciência de obedecer a uma obrigação religiosa destruindo os infiéis.

Assim a Armênia nunca teve, nos seus piores momentos, mais que alguma afirmação platônica de piedade por si ou de desdém pelos seus carnífcies; os "massacres armênios" tornaram-se proverbiais, mas eram palavras que somente soavam, que não conseguiam criar fantasmas, imagens vivas de homens de carne e osso. Teria sido possível obrigar a Turquia, ligada por tantos interesses a todas as nações europeias, a não dilacerar de tal modo quem, no fundo, não desejava outra coisa que ser deixado em paz. Nada nunca foi feito, ou ao menos nada que desse resultados concretos. Da Armênia falava algumas vezes Vico Mantegazza nas suas prolixas divagações sobre política oriental.

A guerra europeia colocou novamente na ordem do dia a questão armênia. Mas sem muita convicção. À queda de Erzerum na mão dos russos, à provável retirada dos turcos de todo o país armênio, não foi dado nos jornais nem ao menos o mesmo espaço que a aterrissagem de um "Zeppelin" na França.

Os armênios que estão disseminados na Europa deveriam fazer conhecer a sua pátria, a sua história, a sua literatura. Aconteceu em menor escala para a Armênia o que aconteceu em grande escala para a Pérsia. Quem sabe que os maiores árabes (Avicenna, Averrois, etc.) não são talvez ... persas? Quem sabe que quase toda aquela que se convencionou chamar civilização árabe, em vez disso é persa? E assim, quantos sabem que todas as últimas tentativas para renovar a Turquia se devem aos armênios e aos hebreus? Os armênios deveriam fazer conhecer a Armênia, torná-la viva na consciência de quem ignora, não sabe, não sente.

Em Turim alguma coisa se fez. Ha alguns meses sai uma revista intitulada justamente "Armênia" que, com seriedade de intenções, com variedade de colaborações diz o que é, o que quer e o que deveria tornar-se o povo armênio. Da revista deve partir a iniciativa de uma coleção de livros que, com persuasão e

demonstração mais eficaz, desse para a Itália um quadro do que é a língua, a história, a cultura, a poesia do povo armênio.

(Assinado A. G. "Il Grido del Popolo", 11/03/1916). In: GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili* (1914-1918). Torino: Einaudi, 1975, p. 29-30.

A ESCOLA DO TRABALHO

Assumindo a cátedra da Sorbone depois do turbilhão de 1870, Gaston Paris, com aquela liberdade de espírito que é própria das mentes soberanas, teceu um magnífico elogio à universidade alemã, que havia plasmado o caráter e a energia da nova Alemanha; e aos seus alunos e colegas propôs como exemplo o modelo da rival odiada para obter a transformação da França.

Depois de mais de quarenta anos somente uma nova e terrível guerra fez retornar a atenção à escola, a toda a escola, e fez perceber que existe uma desproporção enorme em nosso país entre a massa dos discentes das artes liberais e os alunos da arte da produção do trabalho. Muitos se envergonham até mesmo de citar as cifras, de formular as estatísticas. O Estado, com aquela cegueira que é característica das burguesias latinas atrasadas e conservadoras, só dirigiu a sua atenção a criar, nas categorias médias da pequena burguesia, uma legião de advogados, médicos, empregados com o diploma médio ou técnico, e não fez nada para dar ao proletariado, à enorme massa de cidadãos que constitui o caráter e a força vital da nação, a possibilidade de melhorar-se, de elevar-se, de adquirir aquela cultura profissional, da qual se originam as forças que vivificam as indústrias, o comércio e a agricultura.

A escola do trabalho foi sacrificada à escola do emprego. A burocracia matou a produção. O ministro Casati que, há cinquenta anos, organizou a legislação escolar italiana com critérios amplos e que podiam ser fecundos, não encontrou continuadores que adaptassem às necessidades dos novos tempos aquelas disposições que, também a isto se prestavam. Também a escola técnica tornou-se uma fábrica de empregados, não obstante Casati, que a idealizou, lhe colocou como fim "dar aos jovens que desejam dedicar-se a determinadas carreiras do serviço público, à indústria, ao comércio e à condução do setor agrário, a conveniente cultura geral e especial", e se preocupava que os ensinamentos fossem conferidos

“sob o aspecto de seus resultados práticos, e particularmente sob aqueles das aplicações das quais podem ser suscetíveis nas condições naturais e econômicas do Estado”. Mas a produção de novas riquezas não se beneficiou em nenhum modo de todas estas disposições: a administração, a distribuição se dilatou enormemente, em prejuízo de todo o resto. Ora, depois dos ensinamentos da guerra, se percebe que não basta saber administrar e distribuir, mas que é necessário especialmente produzir. A possibilidade de um país é dada precisamente pela riqueza que ele produz e pelo modo como produz, não pelo discurso dos advogados e pelas mirabolantes invenções de seus gênios. O gênio é um produto demasiadamente bizarro e fora de qualquer vontade para que se possa fazer dele um programa. Somente o trabalho assíduo, a pequena competência, a difusão da cultura profissional podem tornar-se indicador de bem-estar, diploma de benemerência histórica.

Na Itália falta a escola do trabalho. O pouco que se fez se deve ao acaso, ao impulso cego da necessidade que faz desabrochar junto aos organismos sólidos também aqueles inúteis, doentes e danosos. O trabalho aqui, apesar das tarefinhas que se fazem os escolares desenvolver, não é civil e socialmente apreciado. Um chefe técnico é considerado inferior a um advogado, um mecânico a um professor. O Estado dá 50 milhões para o ensino médio e somente 2 milhões e meio para o ensino profissional; cada estudante de escola média custa ao Estado cerca de mil liras por ano; é o que disse Rava, já ministro da Educação. E no entanto, enquanto para um concurso de vice magistrado, trinta postos encontram 300 aspirantes e 15 idôneos, as nossas indústrias são obrigadas a importar o pessoal técnico, o comércio cai em mãos de estrangeiros e o dinheiro, em forma de economia, evade-se do nosso país e, ao invés de incrementar a riqueza nacional e difundir o bem-estar e o trabalho nas nossas terras, serve apenas para fazer travar as trocas, a estimular baixos egoísmos e ferozes paixões chauvinistas.

É o proletariado que deve reivindicar, que deve impor a escola do trabalho. Tudo aquilo que serve para intensificar e melhorar a produção interessa de perto ao socialismo e ao proletariado. Que as indústrias e o comércio italianos se sirvam dos operários especializados italianos e estes igualem em valor e competência os melhores especialistas dos outros países, é um programa sobre o qual se deve concordar. Não exclusões para fins de guerra econômica, não

protecionismos, nem para o proletariado. Mas sim concorrência leal de capacidade, disputa por um maior aproveitamento dos produtos da inteligência, para que sejam dados a todos os meios necessários para a própria elevação interior, ao comissionamento do valor das próprias boas qualidades. É necessário que o proletariado force o Estado a cortar dos organismos nacionais muitas Universidades, feridas purulentas que produzem faladores e deslocados, muitos liceus e ginásios que custam um olho e não dão nem cultura nem dignidade e faça substituir estas velhas matrizes de administradores que não sabem administrar, pela escola do trabalho, da qual germine a nova geração dos produtores, que dê ao país menos sonetos e romances e mais máquinas e chaminés.

(Avanti!, 18/07/1916). In: GRAMSCI, Antonio. *Cronache Torinesi* (1913-1917). Torino, Einaudi, 1980, p. 440-442, (Nova atribuição).

TRÊS PRINCÍPIOS, TRÊS ORDENS

A ordem e a desordem são as duas palavras que aparecem com mais frequência nas polêmicas de caráter político. Partidos da ordem, homens da ordem, ordem pública... Três palavras que se aproximam por um ponto comum: a ordem sobre a qual as palavras se fixam e giram com maior ou menor aderência e conforme a forma histórica concreta que os homens, os partidos e o Estado assumem na sua personificação múltipla e possível. A palavra ordem tem um poder taumatúrgico: a conservação das instituições políticas é, em grande parte, confiada a esse poder. A ordem presente apresenta-se como algo de harmonicamente coordenado, de estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se amedronta ante a incerteza daquilo que uma mudança radical poderia trazer. O senso comum, o estúpido senso comum geralmente prega que é melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã. E o senso comum é um terrível escravizador dos espíritos. Tanto mais quando para ter a galinha é necessário romper a casca do ovo. Forma-se na fantasia a imagem de uma coisa de violentamente lacerada; não se vê a nova ordem possível, melhor organizada e mais vital que a velha ordem, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, à imobilidade estática da inércia, a dinâmica da vida movendo-se autonomamente. Vê-se somente a laceração violenta e a alma apavorada volta atrás

com medo de perder tudo, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável. As profecias utópicas eram constituídas, precisamente, em vista a este medo. Com a utopia queria-se projetar uma ordem no futuro que fosse bem coordenada, bem límpida, que tirasse a impressão do salto no escuro. Mas as construções sociais utópicas desabaram todas, porque, sendo assim tão límpidas e ordenadas, bastava demonstrar um particular infundado para fazê-las cair na sua totalidade. Estas construções não tinham base porque muito analíticas, porque fundadas sobre uma infinidade de fatos e não sobre um único princípio moral. Ora, os fatos concretos dependem de muitas causas, que terminam por não ter mais causa alguma e por serem imprevisíveis. E o homem tem necessidade, para agir, de poder prever, pelo menos em parte. Não se concebe vontade que não seja concreta, ou seja, que não tenha uma finalidade. Não se concebe vontade coletiva que não tenha uma finalidade universal concreta. Mas isto não pode ser um fato singular ou uma série de fatos singulares. Pode ser apenas uma ideia ou um princípio moral. O defeito orgânico das utopias está todo aqui: acreditar que a previsão possa ser previsão de fatos, enquanto ela pode ser somente previsão de princípios ou de máximas jurídicas. As máximas jurídicas (o direito é a moral atuada) são criações dos homens como vontade. Se quiserem dar a estas vontades uma certa direção, coloquem-nas como finalidade, aquilo que somente pode sê-lo: de outra forma, depois do primeiro entusiasmo, vê-las-ão abater-se e dissipar-se.

As ordens atuais foram suscitadas pela vontade de atuar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Queriam atuar os direitos do homem, queriam que fossem reconhecidos aos componentes da coletividade determinados direitos. Estes, depois do rompimento inicial da velha casca, foram-se afirmando, foram-se concretizando e tornaram-se forças operativas sobre fatos, os plasmaram, os caracterizaram e desabrochou a civilização burguesa, a única que poderia desabrochar porque a burguesia era a única energia social atuante e realmente operante na história. Os utópicos foram derrotados também então, porque nenhuma de suas previsões particulares se realizou. Mas realizou-se o princípio e, deste, floresceram as ordenações atuais, a ordem atual.

Foi um princípio universal o que se afirmou na história através da revolução burguesa? Certamente sim. Entretanto costuma-se

dizer que se J. J. Rousseau pudesse ver que destino tiveram as suas prédicas, provavelmente as renegaria. Nesta afirmação paradoxal está contida uma crítica implícita ao liberalismo. Mas ela é paradoxal, isto é, afirma de modo injusto uma coisa justa. Universal não quer dizer absoluto. Na história nada existe de absoluto e de rígido. As afirmações do liberalismo são ideias-limites que, reconhecidas racionalmente necessárias, tornaram-se ideias-força, realizaram-se no Estado burguês, serviram para suscitar a este Estado uma antítese no proletariado e se desgastaram. Universais para a burguesia, não o são suficientemente para o proletariado. Para a burguesia eram ideias-limites; para o proletariado são ideias-mínimas. E, de fato, o programa liberal integral tornou-se o programa mínimo do Partido Socialista, ou seja, o programa que nos serve para viver dia por dia, a espera que se julgue chegado o instante mais útil.

Como ideia-limite o programa liberal cria o Estado ético, isto é, um estado que idealmente está acima das competições de classe, dos diversos entrelaçamentos e choques dos agrupamentos que compõe a realidade econômica e tradicional. Este Estado é mais uma aspiração política que uma realidade política; existe somente como modelo utópico, mas é precisamente este seu ser uma miragem que o enrobustece e o torna uma força de conservação. É na esperança que finalmente ele se realize na sua completa perfeição que muitos encontram a força para não renegá-lo e, portanto, não procurar substituí-lo.

Vejamos dois desses modelos que são típicos, que são a pedra de comparação para os dissertadores de teorias políticas: o Estado inglês e o Estado germânico. Ambos tornaram-se grandes potências, ambos *conseguiram* afirmar-se, com diretivas diversas, como sólidos organismos políticos e econômicos, ambos com um perfil bem definido que agora os coloca frente a frente e que sempre os tornou inconfundíveis.

A ideia que serviu como motor das forças internas, paralelas, para a Inglaterra se pode resumir na palavra *liberalismo* e, para a Alemanha, nas palavras *autoridade com a razão*.

Liberalismo é a fórmula que compreende toda uma história de lutas, de movimentos revolucionários para a conquista de liberdades individuais. É a *forma mentis* que veio-se criando por meio desses movimentos. É a convicção que foi-se formando em um numero de cidadãos cada vez maior que, através dessas lutas, passaram

a participar da atividade pública que, na livre manifestação das próprias convicções, na livre explicitação das forças produtivas e legislativas do país, estava o segredo da felicidade. Naturalmente, da felicidade entendida no sentido que de tudo aquilo que acontece de mal, a culpa não possa ser dos indivíduos; e para tudo aquilo que não se consegue se deve procurar o motivo apenas no fato que os iniciadores ainda não possuíam a força para afirmar vitoriosamente o seu programa.

Para a Inglaterra, para citar um exemplo de antes da guerra, o liberalismo encontrou em Lloyd George o seu propugnador teórico-prático. Ministro de Estado, em um comício público e sabendo que as suas palavras adquiriam significado de programa de governo, diz aos operários mais ou menos isso: "Nós não somos socialistas, isto é, não pretendemos imediatamente a socialização da produção. Mas não temos preconceitos teóricos contra o socialismo. A cada um a sua tarefa. Se a sociedade atual ainda é capitalista, isto quer dizer que o capitalismo ainda é historicamente uma força não esgotada. Vocês socialistas dizem que o socialismo está maduro. Provem-no. Provem ser a maioria, provem sê-lo não apenas potencialmente, mas também de fato, a força capaz de tomar nas mãos o destino do país e nós vos deixaremos pacificamente o posto". Palavras que a nós, habituados a ver no governo algo de esfíngico, completamente distante do país e das polêmicas vivas sobre idéias e fatos, parecem surpreendentes. Mas não o são, e nem ao menos são retórica vazia, se se pensa que há mais de 200 anos se combatem na Inglaterra lutas políticas nas praças e que o direito `a livre afirmação de todas as energias é um direito conquistado e não um direito natural, que se presume como tal em si e para si. Basta recordar que o governo radical inglês retirou da Câmara dos Lordes todo o direito de voto para poder tornar realidade a autonomia irlandesa e que, antes da guerra, Lloyd George se propunha fazer votar um projeto de lei agrária pelo qual, posto como axioma que quem possui meios de produção e não os faz produzir adequadamente perde os seus direitos absolutos, muitas das propriedades privadas dos latifundiários lhes era confiscadas e vendidas a quem pudesse cultivá-las. Esta forma de socialismo do Estado burguês, isto é, socialismo não socialista, fazia sim que também o proletariado não visse com muito maus olhos o Estado como governo e, com ou sem razão, persuadido de ser tutelado, conduzisse a luta de classe

com discrição e sem aquela exasperação moral que caracteriza o movimento operário.

A concepção do Estado germânico é inversa daquela inglesa, mas produz os mesmos efeitos. O Estado alemão é protecionista por *forma mentis*. Fichte forneceu o código do Estado fechado, ou seja, do Estado regido pela razão. Do Estado que não deve ser deixado em poder das forças livres e espontâneas dos homens, mas deve, em cada coisa, em cada ato, imprimir o selo de uma vontade, de um programa estabelecido, pré-ordenado pela razão. Por isso, na Alemanha o Parlamento não tem os poderes que possui em outros lugares. É simplesmente consultivo, mantido somente porque racionalmente não se pode admitir a infalibilidade dos poderes executivos e também porque do Parlamento, da discussão, pode-se resultar a verdade. Mas a maioria não tem direito reconhecido à verdade. O Ministério (o Imperador) permanece o árbitro que julga e escolhe e não é substituído senão pela vontade imperial. Mas as classes têm a convicção, não retórica, não servil, mas formada através de decênios de experiência de administração correta, de justiça distributiva seguida, que os seus direitos `a vida são tutelados e que a sua atividade deve consistir, para os socialistas, em buscar tornar-se maioria; para os conservadores, em conservar-se maioria e demonstrar continuamente a sua necessidade histórica. Um exemplo: a votação, aprovada também pelos socialistas, dos bilhões para maiores despesas militares ocorrida em 1913. A maioria dos socialistas votou a favor porque os bilhões foram retirados não dos contribuintes em geral, mas com uma expropriação (ao menos aparente) daqueles que possuíam grandes rendas. Pareceu um experimento de socialismo de Estado, pareceu que fosse um princípio justo em si fazer pagar aos capitalistas as despesas militares; e votaram dinheiro que beneficiavam exclusivamente `a burguesia e ao partido militar prussiano.

Estes dois tipos de ordem constituída são o modelo base dos partidos da ordem na Itália. Os liberais e os nacionalistas dizem (ou diziam), respectivamente, desejar que na Itália se criasse alguma coisa de semelhante ao Estado inglês e ao Estado alemão. A polêmica contra o socialismo é toda tecida sobre a aspiração deste potencial Estado ético na Itália. Mas na Itália faltou completamente aquele período de desenvolvimento que tornou possível os atuais Alemanha e Inglaterra. Portanto, se levarem `as últimas consequências

o raciocínio dos liberais e dos nacionalistas italianos, obterão como resultado no presente esta fórmula: o *sacrifício por parte do proletariado*. Sacrifício das próprias necessidades, sacrifício da própria personalidade, da própria combatividade para dar tempo ao tempo, para permitir que a riqueza se multiplique, para permitir que a administração se purifique (*três linhas censuradas*). Os nacionalistas e os liberais não chegam a afirmar que na Itália exista uma ordem qualquer. Afirmam que esta ordem deverá existir, contanto que os socialistas não impeçam a sua fatal instauração.

Este estado de fato das coisas italianas é para nós fonte da maior energia e da maior combatividade. Se se pensa a quanto seja difícil convencer a mover-se a um homem que não tenha razões imediatas para fazê-lo, compreende-se quanto seja mais difícil convencer uma multidão nos Estados onde não existe, como na Itália, da parte do governo, a intenção de sufocar-lhes as aspirações, de extirpar de todos os modos a sua paciência e a sua produtividade. Nos países onde não acontecem os conflitos de praça, onde não se vêem pisoteadas as leis fundamentais do Estado nem se vê o arbítrio ser o dominador, a luta de classe perde a sua aspereza, o espírito revolucionário perde o impulso e se abate. A assim chamada lei do mínimo esforço, que é a lei dos preguiçosos e freqüentemente quer dizer não fazer coisa alguma, torna-se popular. Nestes países a revolução é menos provável. Onde existe uma ordem, é mais difícil que se decida a substituí-la por uma ordem nova.

(Uma linha censurada).

Os socialistas não devem substituir ordem por ordem. Devem instaurar a ordem em si. A máxima jurídica que desejam realizar é: *possibilidade de atuação integral da própria personalidade humana concedida a todos os cidadãos*. Com a concretização desta máxima caem todos os privilégios constituídos. Esta máxima institui o máximo de liberdade com o mínimo de restrição. Deseja-se que a regra da vida e das atribuições seja a capacidade e a produtividade, fora de todos os esquemas tradicionais. Que a riqueza não seja instrumento de escravidão, mas sendo de todos impessoalmente, proporcione a todos os meios para todo o bem-estar possível. Que a escola eduque os inteligentes de qualquer origem de nascimento e não represente o prêmio (quatro linhas censuradas). Desta máxima dependem organicamente todos os outros princípios do programa máximo socialista. Este, repetimos, não é utopia. É universal concreto, pode

ser efetivado pela vontade. É princípio de ordem, da ordem socialista. Desta ordem que acreditamos se realizará na Itália antes que em todos os outros países.

(Não assinado, "La Citta' Futura", 11/02/1917). In: GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili* (1914-1918). Torino: Einaudi, 1975, p. 73-78 (grifos do autor).

○ RELOJOEIRO

Fala-se freqüentemente de um antes e de um depois. Espera-se uma data fixa. Cremos que não existe nenhuma data fixa e cremos ser especificamente nós, somente porque o nosso pensamento colhe sempre na vida um modo de ser perenemente aderente ao nosso próprio pensamento. Entre a vida social comum e cotidiana e a vida de exceção das revoluções não existe diferença qualitativa, mas diferença quantitativa. Um mais ou um menos de certos determinados fatores. As energias sociais ativas são a aparência sensível e humana de certos determinados programas e certas determinadas ideias; em tempos normais há um equilíbrio de forças cuja instabilidade tem oscilações mínimas; quanto mais essas oscilações tornam-se irregulares e caprichosas, tanto mais se diz que os tempos são calamitosos; quando o equilíbrio tende irresistivelmente a mover-se, admite-se que se entrou em um momento de vida nova. Mas a novidade é quantitativa, não qualitativa.

Aconteceu uma escavação mais profunda no grupo social. Agora o grupo está se metalizando todo e o novo metal tem uma marca própria, a nossa marca. Mas este fenômeno sempre existiu, porque nós não somos diferentes de ontem, nós continuamos o nosso ontem. Encontramo-nos neste fenômeno; os outros espantam-se. Ele é a nossa realidade, é a nossa concepção, é a nossa obra-prima histórica, porque finalmente os dois termos, concepção e realidade, aderem completamente, não fragmentariamente. A vida do pensamento está substituindo a inércia mental, a indiferença: é a primeira das substituições revolucionárias. Forma-se um novo hábito: o de não temer o fato novo; primeiro, porque não pode ser pior de como já está; depois, porque nos convencemos de que será melhor.

Começou o processo ideal do regime, começou a sua declaração de falência: ele perdeu a confiança instintiva e de carneiro dos indiferentes, porque fechou portas demais. Agora entreabriu uma

outra porta: aquela da vida, a boca do forno, a porta do celeiro. Fechá-las-á completamente? A angustiada pergunta se propaga nas longas fileiras de mulheres que fazem fila as cinco da manhã diante das padarias. Atinge todos, até os mais humildes estratos da passividade social; bate e agita os próprios pilares da vida. E o grupo se metaliza; todos vivem, todos se nutrem: as nascentes da vida se secam e a passividade se organiza em pensamento para defender-se.

Por três anos gozaram da confiança de uma pequena parte ativa da sociedade: disciplinaram exteriormente a imensa passividade social, os indiferentes: a outra parte ativa, que não se exterioriza, não concedeu a sua confiança, a sua colaboração. Agora também a imensa passividade se organiza em pensamento, disciplina-se, não conforme esquemas exteriores, mas conforme a necessidade de sua própria vida, do seu pensamento nascente. Não há necessidade do acordo da harmonia pré-estabelecida. Se, como Leibniz, compararmos os números desta humanidade nascente aos relógios de uma oficina de relojoeiro, observaremos o mesmo ato: a harmonia pré-estabelecida, o indicarem todos a mesma hora, o pensarem todos a mesma coisa, o serem todos atacados pela mesma preocupação, não resulta de um acordo, de uma troca de vontade. O mal-estar é o relojoeiro que faz saltar ao mesmo tempo todas as molas e imprime um movimento sincronizado a todos os ponteiros. O mal-estar é o relojoeiro que criou uma nova unidade social, com novos estímulos, não exteriores, mas interiores. Uma unidade social mais ampla que aquela que existia ontem determinada pela mesma causa. Ontem o mal-estar era a relação de insatisfação entre um dado pensamento político e econômico, entre uma necessidade e uma desilusão; hoje é a mesma relação tomada por uma multidão, na sua quase totalidade. E é a continuação do nosso ontem, é para nós uma continuidade, porque a vida é sempre uma revolução, uma substituição de valores, de pessoas, de categorias, de classes. Os homens, porém, dão o nome de revolução para a grande revolução, aquela da qual participa o máximo número de indivíduos, que muda um número maior de relações, que destrói todo um equilíbrio para substituí-lo por um outro, inteiro, orgânico. Distinguímos dos outros homens porque concebemos a vida como sempre revolucionária e, portanto, amanhã não declaramos definitivo um nosso mundo realizado, mas deixaremos sempre aberta a via para o

melhor; para harmonias superiores. Jamais seremos conservadores, nem mesmo no socialismo, mas queremos que o relojoeiro das revoluções não seja um fato mecânico como o mal-estar, mas seja a audácia do pensamento que cria mitos sociais sempre mais altos e luminosos.

(Assinado A.G., "Il Grido del Popolo", 18/08/1917). In: GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili* (1914-1918). Torino: Einaudi, 1975, p. 125-6.